

Categorias de análise e espaço da mulher negra

576



**Cyntia Barbosa
Oliveira¹**
<https://orcid.org/0000-0003-0354-3492>

**Categories of
analysis and the
black woman's
space**

Resumo

O presente texto apresenta o desenvolvimento do conceito de gênero como uma mobilização a partir de uma necessidade das feministas. Por meio do avanço das discussões, a categoria “mulher” toma espaço e abarca um caráter político, visando que assuntos relativos às mulheres passem a ser introduzidos no debate e que seus nomes sejam visíveis em meio a essas discussões. O feminismo negro é um entre diversos feminismos e estabelece discussões e demandas mobilizando gênero e raça, sinalizando-os como marcadores necessários para pensar a subjetivação de corpos e disputas políticas/de poder. O Estado age sobre os corpos, através de mecanismos de controle. Estabelecer, assim, uma relação entre uma sociedade racista, mecanismos de biopoder do Estado, a construção de mulheres negras e o lugar ocupado por elas surgem como pontos centrais neste estudo.

Palavras-chave: Mulher negra; Gênero; Racismo; Biopoder.

Abstract

The following text presents the development of the concept of gender as a mobilization based on a need of feminists. As discussions advanced, the category of woman took on a political character, aiming to introduce women's issues in the debate and to make their names visible in these discussions. Black feminism is one among several feminisms and establishes discussions and demands mobilizing gender and race, signaling them as necessary markers to think about the subjectivation of bodies and political/power disputes. The state acts over bodies through mechanisms of control. Thus, establishing a relationship between a racist society, state biopower mechanisms, the construction of black women and the place occupied by them emerge as central points in this study.

Keywords: Black woman; Gender; Racism; Biopower.

Introdução

As discussões sobre temas relativos às mulheres negras muitas vezes desconsideram algumas premissas importantes, tal como a existência de sua diversidade. Nesse sentido, o feminismo negro, em determinado momento, abre espaço para discussões relativas às diferenças existentes no seu próprio âmbito, pois, se a raça é um fator comum a todas, em contrapartida elas apresentam diferenças escolares, orientações políticas, consumo, práticas e orientações sexuais e tantas outras (MOREIRA, 2007). Essas discussões tomam espaço através de um processo gradual, envolto por contribuições de mulheres negras e brancas na construção de espaços onde mulheres sejam ouvidas.

Em vista disso, a construção e identificação de mulheres negras enquanto sujeitos políticos se desenvolve em paralelo ao movimento feminista hegemônico, o movimento feminista branco. Como tônica das discussões travadas, apresenta-se os entrecruzamentos desses movimentos, deixando de lado a perspectiva de feminismos isolados. Atentando ainda à relevância de discussões teóricas que abordem a construção de movimentos feministas como integradores e as mulheres como sujeitos que apresentam similaridades, mas que não podem ser resumidas em termos de raça, ou mesmo em termos de gênero.

Atualmente, está consolidado na literatura que uma mulher negra constitui sua identidade de maneira diferente de uma mulher branca (MOREIRA, 2007), visto que as discussões a respeito das categorias de análise e terminologias adequadas relacionadas às mulheres, de maneira geral, apresentam mudanças ao longo do tempo. Nesse sentido, **gênero**¹ aparece representando neutralidade, pois inclui as mulheres sem que seja necessário nomeá-las, ao passo que **mulher** ou **mulheres** demonstram um posicionamento político, apresentando as mulheres enquanto sujeitos históricos válidos (SCOTT, 1995). Assim, Scott (1995) exhibe uma definição de gênero que se apresenta em duas partes e tem duas preposições que se conectam “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de

¹ O termo se insere nas discussões como uma possibilidade de feministas ganharem espaço nas discussões acadêmicas (SCOTT, 1995). Entretanto, de maneira prática, o termo se apresenta erroneamente como um sinônimo de mulheres, pois ao discutir gênero, masculinidades também devem ser pautadas.

dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86).

Piscitelli (2002) traz a ideia da recriação da categoria mulher enquanto mecanismo político; a autora explora a disseminação do termo gênero, que tem sua ascensão a partir da década de 1980 e traz como proposta uma nova maneira de olhar para a realidade, apresentando, sobretudo, distinções entre características consideradas masculinas e femininas. O “pessoal também é político” (HANISCH, 1970) aparece como ideia importante no mapeamento de um sistema de dominação, operante nos níveis mais íntimos de cada homem com cada mulher (PISCITELLI, 2002).

Avtar Brah aponta para as diferenças como categoria analítica e a percepção dessas diferenças enquanto “variedade de maneiras como discursos específicos da diferença são constituídos, contestados, reproduzidos e ressignificados” (BRAH, 2006, p. 374). Nesse sentido e em certo ponto contrário a determinadas diferenças, observa-se como um elemento importante nas relações de poder, o racismo. Foucault (1988) explora a formação do racismo enquanto uma “política de povoamento, da família, do casamento, da educação, da hierarquização social, da propriedade, e uma longa série de intervenções permanentes ao nível do corpo, das condutas, da saúde, da vida quotidiana, receberam cor e justificação” (FOUCAULT, 1988, p. 140).

A mulher negra, assim, apresenta-se como um sujeito onde o determinante “o pessoal é político” pode ser observado a partir de vertentes: a articulação entre a mulher como uma categoria de análise; a neutralidade da utilização do conceito gênero para abordar temáticas relativas às mulheres (PISCITELLI, 2002); e o racismo como mecanismo central de determinadas relações de poder que interagem e implicam, diariamente, na construção identitária de mulheres negras.

Assim, uma breve contextualização das ondas do movimento feminista, fazendo a inserção de discussões travadas por mulheres negras em períodos que, de maneira geral, são constituídos por feministas brancas se apresenta a seguir; posteriormente a discussão sobre a utilização de **gênero** e de **mulher** enquanto categorias; a discussão do movimento feminista negro e os desdobramentos do racismo enquanto estratégias de biopolítica; trazendo por fim algumas considerações finais. A centralidade aos autores, sobretudo autoras, é concedida por serem responsáveis pela introdução de discussões de extrema relevância ao

campo dos estudos sobre raça e gênero, seja através de suas construções ou desconstruções. Escritores tais como: Lélia Gonzalez, Patricia Hill Collins, Joan Scott, Judith Butler, Kimberlé Crenshaw, entre outros que se apresentam ao longo do texto.

As ondas do movimento feminista

O movimento feminista se define, a partir de muitas bibliografias, como um movimento segmentado em 'ondas', as quais determinam as principais lutas travadas pelas mulheres em cada momento histórico. Essa segmentação, em diferentes momentos históricos, é passível de alguns questionamentos, sobretudo quando se tem como foco de análise as diferentes reivindicações travadas por cada sociedade, em virtude de suas características culturais e econômicas, dentre outras. No interior da produção formal de conhecimento, existem, portanto, diferentes definições e formas de encarar o feminismo ou os feminismos.

Seguindo as discussões relativas às ondas, os marcos desses períodos consistem em um agrupamento de reivindicações situadas em determinados períodos. Desta maneira, esse movimento 'dividido' em ondas pode ser percebido como uma espécie de linha do tempo, que apresenta as principais pautas e também avanços de cada período (RIBEIRO, 2021). Entretanto, é fundamental que não entendamos esses períodos como explicativos por si só, tendo em vista as diferentes disputas forjadas ao longo de cada um deles. Logo, essas ondas podem ser vistas como algo que culminou em marcos históricos.

A primeira onda, por exemplo, é marcada pelo sufrágio feminino, e acontece entre o final do século XIX e início do século XX. Sojourner Truth, uma mulher negra que já havia sido escravizada, efetuou um discurso que ainda expressa traços da realidade contemporânea. Em uma das convenções relativas aos direitos das mulheres no ano de 1851, Truth chamava a atenção para o fato de que as reivindicações que ali eram expostas não a representavam. Sendo ela uma mulher negra, seus anseios e as explorações a que estava sujeita enquanto indivíduo eram outras, assim explorando a ideia de que mulheres diferentes apresentam demandas

diferentes, plurais, já atentando ao que hoje é denominado de interseccionalidade² (BURIGO, 2020).

A segunda onda do movimento feminista é marcada pela ampliação do movimento relativo a direitos, como discussões voltadas ao direito ao divórcio, ao aborto e, acompanhado dessa busca por direito, emerge também a mudança de costumes. Surge nesse período o jargão “o pessoal é político” (HANISCH, 1970), ainda de grande utilização, buscando a percepção de que aquilo que ocorre dentro de casa é político, pois está atrelado às reivindicações que as mulheres gostariam de fazer (BURIGO, 2020). Portanto, é na segunda onda do feminismo que questões relativas a corpos, sexualidade e violência tomam espaço nas pautas políticas, trazendo questões que anteriormente eram percebidas como privadas às discussões públicas (RIBEIRO, 2021). É nesse sentido que o “ser mulher” passa a ser abordado. Simone de Beauvoir, uma das escritoras que apresentou e ainda apresenta grande influência nas discussões feministas, retoma, de certa maneira, o que em 1851 Sojourner Truth abordava: o que é ser mulher? (TRUTH, 1851) pauta que é um dos marcadores desse período (RIBEIRO, 2021).

Já a terceira onda do movimento feminista, datada de meados de 1980, traz como uma característica marcante a resistência ao essencialismo. Nesse sentido, iniciam-se as problematizações relativas ao conceito de gênero, perpassando por questões relativas à identidade (RIBEIRO, 2021). Autoras, como Judith Butler (2003), ampliam, através dos elementos que disponibilizam para discussões, o papel binário da sociedade ocidental. Nesse mesmo período, Kimberlé Crenshaw (2002) introduz a ferramenta conceitual “interseccionalidade” como representante das opressões vividas e proporciona através dela a compreensão de que um mesmo sujeito fica suscetível a diferentes maneiras de opressão (BURIGO, 2020). Este é o caso das mulheres negras, que ficam sujeitas a discriminações em razão de seu gênero, sua raça e ainda, eventualmente, de sua classe e sexualidade.

Ainda sem consenso, surgem discussões a respeito de uma quarta onda do movimento feminista, ao passo que algumas de suas características principais seriam relativas ao fato dela assumir um caráter interseccional, digital e coletivo

² A interseccionalidade consiste, enquanto instrumento analítico, em uma forma de investigação das maneiras que as “relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedade marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana” (COLLINS, 2021, p. 17).

(PEREZ, 2019). A internet, sobretudo a facilitação do acesso às redes sociais, possibilita construções mais democráticas e maior diversidade na divulgação de conteúdos e ideias (PEREZ, 2019). Também denominada como Ciberfeminismo (FELGUEIRAS, 2017), tem como alguns de seus pontos importantes a organização de movimentos através das redes sociais, trazendo como algumas de suas vertentes o Feminismo Lésbico, o Feminismo Negro, o Feminismo Interseccional, o Feminismo Liberal, o Feminismo Radical, entre outros (PEREZ, 2019). Assim, carrega consigo discussões já evidenciadas em outras ondas do movimento, como a perspectiva de que os feminismos são múltiplos e existe espaço para que todos possam travar suas lutas, ao passo que as demais lutas não necessitam ser descredibilizadas.

A categoria mulher: uma construção política

Utilizado como uma maneira de organizar socialmente a relação entre os sexos, o termo “gênero” passou a ser utilizado com mais seriedade e incorporado a discussões por feministas americanas, a partir da necessidade de dar ênfase ao “caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (SCOTT, 1995, p. 72). Assim, rejeitando a ideia imposta pelo determinismo biológico que envolve termos como “diferença sexual” e “sexo” (SCOTT, 1995), a utilização do termo gênero toma espaço a partir da década de 1980, buscando novas possibilidades para a análise da realidade, por meio da observação das características consideradas como femininas ou masculinas e possibilitando até mesmo causar a desestabilização de pensamentos tradicionais (PISCITELLI, 2002).

Scott (1995) aborda que o desenvolvimento do gênero enquanto categoria, explorou a pretensão de dar novo sentido à história, reconstruindo premissas, trazendo um alargamento do que era entendido como historicamente importante, almejando-se não só a construção de uma história das mulheres, mas ainda a formulação de uma nova História. Entretanto, a realidade se apresentou de maneira diferente, pois ao passo que, sim, foi reconhecida a existência de uma história das mulheres, a comunidade historiadora não feminista confinou suas trajetórias, como se estas acontecessem em plano distinto da história política e econômica (SCOTT, 1995). Deste modo, reconhecia-se que as mulheres tinham algo a ser contado, mas a compreensão dos fatos históricos em nada se alterava por causa dessa

assimilação.

A partir da compreensão de que não é justa a subordinação a que mulheres estão sujeitas por serem mulheres, abre-se o questionamento relativo a como se chegou à subordinação e como ela se mantém. Analisando politicamente, os lugares sociais reservados às mulheres são, em geral, de subordinação (PISCITELLI, 2002). Ainda de acordo com a autora, os diferentes movimentos feministas questionam a subordinação das mulheres posta como elemento natural e é a partir dessa discordância que reivindicações relativas ao exercício igualitário de direitos toma espaço, pois se considera que essa posição de subordinação está relacionada à forma de construção social das mulheres. Em análise inicial, a utilização do conceito “mulher” relaciona-se com traços biológicos e socialmente construídos, definições estabelecidas pelas feministas radicais e que tendiam diretamente a uma definição essencialista, atentando ao fato de que o corpo atuaria como uma pré-condição, para que a opressão sofrida se mantivesse ativa (PISCITELLI, 2002).

Através do avanço das discussões relativas às mulheres, muito se produziu e se produz. Em contrapartida, cresce o número de questionamentos e contestação de argumentos apresentados pelas feministas. Um bom exemplo, é o momento em que o patriarcado passa a se apresentar como um conceito vazio de significados bem delimitados, estabelecendo-se como um sinônimo para a dominação masculina (PISCITELLI, 2002). É a partir desse ponto, que alterações se estabelecem, sobretudo no ambiente acadêmico e novas perspectivas são buscadas, “as hipóteses explicativas sobre as origens da opressão feminina foram sendo gradualmente questionadas e abandonadas na busca de ferramentas conceituais mais apropriadas para desnaturalizar essa opressão” (PISCITELLI, 2002, p. 7).

Gênero passa, então, a ser inserido nas discussões como um sinônimo de **mulheres**, e um dos objetivos abrangidos pela substituição do termo é a busca por um ajuste das terminologias científicas³, prezando assim por uma dissociação da política feminista. Além disso, a utilização do termo gênero conota neutralidade e, dessa maneira, isenta quem o utiliza de tomar decisões relativas à desigualdade, poder e, ainda, a efetivamente nomear as mulheres, dessa maneira apresentando

³ A inserção do gênero como um sinônimo de mulheres ocorre em virtude de uma busca por legitimidade acadêmica aos estudos feministas (SCOTT, 1995), pois as produções de mulheres sobre suas próprias condições eram definidas como desprovidas de caráter informativo e técnico.

como reflexo um processo de invisibilização que se estende até hoje (SCOTT, 1995).

Enquanto o termo “história das mulheres” proclama sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o termo “gênero” inclui as mulheres sem lhes nomear, e parece, assim, não constituir uma forte ameaça. Esse uso do termo “gênero” constitui um dos aspectos daquilo que se poderia chamar de busca de legitimidade acadêmica para os estudos feministas nos anos 80 (SCOTT, 1995, p. 75).

Nesse sentido, Piscitelli (2002) destaca ainda que o conceito de gênero foi desenvolvido no marco dos estudos relativos às mulheres e tem muitos pressupostos em comum, tendo ainda como um de seus objetivos práticos a superação de problemas referentes à determinação de algumas categorias centrais utilizadas nos estudos. Gênero aloca-se nessas discussões como um conceito que se relaciona de maneira mais próxima com construções sociais, culturais e não relacionadas a fatores biológicos (PISCITELLI, 2002).

Entretanto, se a partir de determinada perspectiva a utilização do termo **gênero** apresenta-se como um substituto a **mulheres**, por outro lado, pode ser percebido também como a ideia de que toda informação referente às mulheres acaba necessariamente referindo-se também aos homens e dessa maneira enfatiza-se a ideia de que “o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino” (SCOTT, 1995, p. 75). O termo refere-se ainda à designação das relações sociais entre os sexos e dessa maneira, está diretamente ligado às construções culturais sobre papéis que devem ser assumidos por mulheres ou por homens nas sociedades. Assim, há imposições feitas a um corpo sexuado (SCOTT, 1995).

Nesse sentido, Scott (1995) afirma que as discussões de historiadores sociais que abordam a questão gênero se voltam a temas relativos às mulheres, famílias, crianças, cotidiano, enquanto aqueles teóricos que voltam seus estudos a temas políticos e econômicos, por exemplo, seguem suas deliberações sem que a questão seja abordada. Desse modo, o termo não apresenta poder suficiente para levantar questionamentos e alterar paradigmas históricos analiticamente, passando a ser percebido como um conceito mobilizado quando o intuito a ser alcançado é discutir algo relativo às mulheres (SCOTT, 1995). Partindo do gênero como termo analítico e atentando-se ao que é alçado pelas teóricas feministas, a partir do

momento que ganha espaço, inicia-se também a busca por compreensões de como mudanças sociais acontecem e podem acontecer; como o gênero funciona. É nesse momento que uma visão sobre “o que é poder e como ele atua” aproxima-se do que é abordado por Foucault, isto é, como algo que engloba “campos de força” sociais onde coabitam relações desiguais, deixando de lado a percepção do poder social como algo unificado (SCOTT, 1995).

Retomando as informações já expostas na introdução deste texto, Scott expõe a conexão entre duas proposições que formulam o núcleo da definição de gênero, sendo elas: “(1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Além disso, a autora define gênero, então, a partir de quatro elementos que agem de maneira integrada, o primeiro elemento consiste nos “símbolos culturalmente disponíveis que evocam representações simbólicas” (SCOTT, 1995, p. 86), em segundo lugar aparecem os “conceitos normativos que expressam interpretações dos significados dos símbolos, que tentam limitar e conter suas possibilidades metafóricas” (SCOTT, 1995, p. 86), como terceiro elemento apresenta-se um desafio, que “consiste em fazer explodir essa noção de fixidez, em descobrir a natureza do debate ou da repressão que leva a aparência de uma permanência intemporal na representação binária do gênero” (SCOTT, 1995, p. 87) e o quarto aspecto referente ao gênero “é a identidade subjetiva” (SCOTT, 1995, p. 87).

Piscitelli (2002) destaca que há uma extensa produção referente às definições de conceito de gênero, bem como discussões distintas relativas ao mesmo conceito, muitas delas mantendo proximidade com estudos que apresentam um campo interdisciplinar de trabalho, visto que o deslocamento de pontos distintos de percepção causa releituras em produções anteriores relativas à temática e assim, “esses deslocamentos coincidem, também, com intensas reivindicações, relativas às diferenças internas ao movimento, formuladas por mulheres negras, do ‘Terceiro Mundo’ e lésbicas” (PISCITELLI, 2002, p. 13). Assim, as pesquisas de gênero, além de se ampliarem, trazendo diferentes perspectivas, abrem espaço para discussões que se interseccionam com outros marcadores.

Scott apresenta, assim, “a ideia do gênero como categoria de análise que possibilite compreender a construção (inteiramente) social da diferença sexual”

(PISCITELLI, 2002, p. 14), ao passo que Butler (2003) apresenta uma discussão sobre a relevância de estudos sobre as maneiras que sexo e gênero são considerados “dados”, assim “gênero seria a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos reiterados dentro de um marco regulador altamente rígido, que se congela no tempo, produzindo a aparência de uma substância, uma espécie de ser natural” (PISCITELLI, 2002, p. 15). Butler abre espaço ainda para destacar como a construção discursiva de identidades é relevante nas produções e análises relativas ao gênero, considerando que marcadores como classe, raça e sexuais se interseccionam com a questão de gênero, pois se relacionam com elementos políticos, apresentando-se como disputas/poder que se estabelecem socialmente.

Existem, portanto, diversas perspectivas quando se discute gênero. Um ponto comum encontrado em muitas dessas produções é a busca pela eliminação da naturalização que ocorre quando se conceituam diferenças sexuais:

Essas abordagens contrapõem a ideia de fluidez à (relativa) fixidez de gênero ancorado em bases biológicas presentes nas primeiras formulações de gênero; a noção de múltiplas configurações nas quais o poder opera de maneira “difusa” à ideia de dominação/subordinação universal das mulheres; a intersecção entre múltiplas diferenças e desigualdades ao privilégio da diferença sexual entendida como diferença entre homem e mulher (PISCITELLI, 2002, p. 16).

Contudo, a construção e desconstrução dos conceitos apresentam questionamentos e, nesse sentido, a despolitização do gênero e a exclusão das mulheres do cerne dessas discussões dividem perspectivas. Isso ocorre porque há produções que se separam nesse ponto e é a partir daí que a utilização do termo **mulher**, enquanto uma categoria, volta a tomar espaço nas formulações teóricas propostas (PISCITELLI, 2002). A busca por perspectivas que encontrem o que as mulheres apresentam em comum se sobressai em detrimento da busca de uma perspectiva única que responda por todas as mulheres, de maneira universal (PISCITELLI, 2002). É em meio a esses movimentos a favor da pluralidade, da diversificação, que outras questões entram em pauta, muitas vezes de maneira interseccional, como é o caso das que se referem a mulheres negras.

Seguindo essas perspectivas, a “nova” utilização da categoria mulher não se assemelha com a utilização essencialista discutida no passado. Nesse novo momento, “seu sentido não é encontrado através da elucidação de uma

característica específica, mas através da elaboração de uma complexa rede de características que não podem ser pressupostas, mas descobertas” (PISCITELLI, 2002, p. 20). Sendo assim, as discussões e interpretações passam a acontecer acerca de mulheres em determinados contextos, apresentando a nova introdução da categoria mulher como um aspecto majoritariamente político e que “possibilita o reconhecimento das diferenças entre mulheres, mas, uma vez que também permite mapear semelhanças, não inviabiliza a prática política - que, de acordo com a autora, não exige um sentido definido para o termo mulher” (PISCITELLI, 2002, p. 21). Em movimento contrário, Gonzalez (2020) atenta ao fato da população negra, sobretudo mulheres negras, não atuarem em níveis de participação social igualitários, se comparadas a mulheres brancas. Mulheres negras inseridas no sistema capitalista brasileiro são submetidas a formas de desenvolvimento desiguais, acarretando uma menor participação na força de trabalho, participações políticas e econômicas, pois o privilégio racial concedido aos sujeitos brancos atua enquanto um limitador de práticas políticas e sociais de indivíduos negros (GONZALEZ, 2020).

“O pessoal é político”: feminismo negro e o racismo como instrumento de biopoder

Os movimentos feministas apresentam-se de diversas maneiras, de acordo com cada contexto. No norte global⁴, por exemplo, foi uma filósofa quem expôs alguns dos primeiros escritos posteriormente considerados feministas: Mary Wollstonecraft, que em 1792 publicou o livro intitulado *Uma reivindicação pelos direitos das mulheres*, onde expõe “a ideia radical de que mulheres são gente”, mulheres como componentes integrais da sociedade (BURIGO, 2020). Já no Brasil, é de 1770 um dos primeiros registros históricos relativos às mulheres e aos seus direitos; de uma mulher negra e escravizada, Esperança Garcia, através de uma carta⁵ para a autoridade da localidade onde vivia (BURIGO, 2020). Esse fato é ainda

⁴ Immanuel Wallerstein aborda o sistema-mundo como uma perspectiva para formular um quadro abrangente no estudo das desigualdades globais. O sul-global consiste, portanto, na periferia do mundo (“os pobres”), enquanto o norte-global abarca os países do “centro” (Boatcă, 2022)

⁵ Esperança Garcia escreveu uma carta onde reivindicava direitos ao governador. 247 anos depois de escrita a carta de Esperança foi reconhecida como uma petição e é o documento mais antigo com

pouco explorado e pouco conhecido, afinal a luta e o discurso de uma mulher negra e escravizada não eram (e em diversos momentos ainda não são) validados, ou mesmo passíveis de registros e divulgações como fato histórico relevante.

A elucidação do parágrafo anterior expõe que existem diferentes feminismos, os quais abordam reivindicações diversas, culturas distintas, inúmeros momentos de cada grupo de mulheres e quando se seguem as discussões relativas ao feminismo no Brasil, um dos feminismos que ganha força ao longo da história é o movimento de feministas negras brasileiras. Foi Maria Firmina dos Reis, uma mulher negra e escravizada, que em 1859 escreveu *Úrsula*, considerado o primeiro romance abolicionista brasileiro (BURIGO, 2020). Retomando a ideia das ondas do movimento feminista, é sempre de grande valia lembrar o fato de que as reivindicações de cada uma das ondas variam de acordo com cada contexto. Em âmbito brasileiro, o movimento feminista negro ganha espaço no período que corresponde ao final da segunda onda e início da terceira. É em meados dos anos 1980 que se estabelece o primeiro centro universitário de estudos voltados às mulheres no Brasil. Entretanto, ao buscar registros nada é encontrado referente às mulheres negras (RIBEIRO, 2021).

Em contradição a essa produção pouco referenciada, é em meados de 1980 que nomes de grande influência teórica, como Lélia Gonzalez, discutem temas relativos às questões que abarcam as mulheres negras. Existem ainda diversas feministas negras que efetuaram e efetuam produções em outras partes do mundo, expondo discussões e considerações importantíssimas para as questões relativas às mulheres negras, pois aquilo que era enfaticamente reivindicado pelo movimento feminista branco em muito se distanciava do que se apresentava enquanto anseio de uma mulher negra. O movimento feminista negro tem suas origens, sobretudo em mulheres negras que partilhavam vivências do movimento feminista considerado tradicional, muito influenciado pela demanda de mulheres brancas, e pelo movimento negro. Assim, é a partir da intersecção entre os movimentos feminista e movimento negro, a partir das especificidades dessas mulheres, que o movimento feminista negro tem sua origem (MOREIRA, 2007).

Gonzalez (2020) destaca a formação dos primeiros movimentos negros

registro de reivindicações de uma escravizada. A carta pode ser acessada em: <https://esperancagarcia.org/a-carta/>.

organizados por mulheres, atentando para seu desenvolvimento no interior do movimento negro, visto que a parcela da população negra que ingressava nos setores médios de produção vivia as maiores consequências do racismo no ambiente de trabalho. Logo, uma construção política consciente se fazia necessária, visto que o movimento feminista “tradicional” apresentava suas raízes em classes mais altas, onde a questão racial acabava sendo deixada de lado. Assim, mesmo antes de movimentos negros devidamente denominados, mulheres negras se reuniam a fim de discutir questões cotidianas, muito marcadas por discriminações raciais e ainda pelo posicionamento machista adotado pelos seus próprios companheiros de luta: os homens negros; comportamentos que podem ser analisados como “mecanismos compensatórios que são efeitos diretos da opressão racial” (GONZALEZ, 2020, p. 103).

É durante a década de 1980 que a luta das mulheres negras apresenta grande avanço, pois os grupos por elas organizados passam a intervir de maneira mais ampla, sobretudo nas questões políticas (MOREIRA, 2007). É em 1988 que ocorre o *I Encontro Nacional de Mulheres Negras*, no Rio de Janeiro, e diversos objetivos são traçados. Além disso, o encontro “aponta para a construção da visibilidade e da representação da organização das mulheres negras frente à sociedade, ao movimento negro e ao feminismo” (MOREIRA, 2007, p. 8). Nesse sentido, as pautas das mulheres negras passam a ser discutidas e soluções aos mecanismos discriminatórios são propostas, pois as lutas travadas pelo movimento feminista não se revertiam em pontos de identificação para as mulheres negras (MOREIRA, 2007).

A cor da pele e o racismo como elementos comuns vivenciados, passam, então, a serem marcadores comuns na identificação dessas mulheres (MOREIRA, 2007). Entretanto, existe também uma “variedade de maneiras como discursos específicos da diferença são constituídos, contestados, reproduzidos e ressignificados” (BRAH, 2006, p. 374) e a consideração de que o racismo experienciado ou a cor da pele são suficientes para caracterizar um vasto grupo de indivíduos se aproxima do essencialismo, do qual durante longo período o movimento feminista tentou se afastar. Assim, a construção da identidade está atrelada às diferenças e essas se expressam enquanto experiência, relação social, subjetividade e ainda como identidade (BRAH, 2006),

A procura por um ponto de vista que abarque a pluralidade de experiências existentes entre as mulheres negras reforça a ideia de que, a despeito das diferenças existentes entre essas mulheres, elas dividem a comum experiência de opressão, segundo um lugar comum - negra - embora outros elementos como formação escolar, capital cultural possibilitem experiências singulares em frente à opressão racista e sexista. (MOREIRA, 2007, p. 12)

Nesse sentido, a construção da identidade negra é um processo ainda em desenvolvimento, assim como a compreensão de que mulheres negras são plurais e formadas também pelas diferenças em diversos aspectos. O processo de percepção e discussão da diferenciação das feministas negras as conduziu a um processo de representação no campo político (MOREIRA, 2007), o que é responsável por inúmeras conquistas ao longo de suas trajetórias de luta. “A conhecida ideia do ‘o pessoal é político’ foi implementada para mapear um sistema de dominação que operava no nível da relação mais íntima de cada homem com cada mulher” (PISCITELLI, 2002, p. 5), serve também para que se analisem as relações raciais que se formam em uma sociedade racista; quando se coloca em discussão a sociedade brasileira, onde há o mito da democracia racial⁶ atuante que, de acordo com Gonzalez (2020), refere-se ao mito de que no Brasil existia harmonia entre todas as raças, a pessoalidade enquanto algo político se amplia, pois passa a haver relações de dominação e poder que se estabelecem a partir das práticas racistas.

Uma das ferramentas analíticas que pode ser utilizada quando se discute as múltiplas identificações de mulheres negras é a interseccionalidade, inicialmente introduzida aos discursos por Kimberlé Crenshaw em 1989 (AKOTIRENE, 2019), foi amplamente discutida por outras autoras, como Patricia Hill Collins (2021). A interseccionalidade, trazida a um contexto brasileiro por Carla Akotirene (2019), pode ser definida como um sistema de opressão que se interliga, pois

Além da violência atravessar as raças, classes e gerações, as queixas das mulheres negras sofrem estigmatização pelos aparelhos do Estado, devido às mulheres negras serem moradoras de espaços considerados perigosos, identificados como pontos de tráfico de

⁶ É Gilberto Freyre, que na década de 1930, introduz a ideia de uma democracia racial. De acordo com o autor, o racismo era inexistente no contexto brasileiro. A teoria do lusotropicalismo apresentada por Freyre definiu os portugueses como superiores aos demais europeus devido às suas relações com os colonizados, miscigenando a raça; Gonzalez (2020) destaca que essa miscigenação se deu “às custas da violentação da mulher negra” (GONZALEZ, 2020, p. 50)

drogas pelas mídias televisivas. O machismo, além disso, propicia aos agressores de mulheres, delegados, juízes e ativistas de direitos humanos, o encontro de iguais, porque a polícia que mata os homens no espaço público é a mesma que deixa as mulheres morrerem dentro de suas casas – o desprestígio das lágrimas de mulheres negras invalida o pedido de socorro político, epistemológico e policial (AKOTIRENE, 2019, p. 40).

Retomando aquilo levantado por Scott (1995), onde a autora aborda que “o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86), retornamos à primeira maneira de exclusão e dominação a qual as mulheres, de maneira geral, estão submetidas. Ao passo que essa discussão avança e direciona-se o olhar às mulheres negras, um outro fator estruturante da sociedade brasileira apresenta-se: o racismo. O racismo, então,

enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas - denota sua eficácia estrutural na medida em que estabelece uma divisão racial do trabalho e é compartilhado por todas as formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas (GONZALEZ, 2020, p. 35).

O racismo age, portanto, como um mecanismo necessário às estratégias de governança. Foucault (2005) aborda a massificação do controle, que se inicia no século XVIII, deixando de adestrar apenas indivíduos, para controlar populações, passando a regular as massas. Através da perspectiva do “fazer viver, deixar morrer” (FOUCAULT, 2005, p. 288), se estabelecem uma série de regulações, as quais podem ser percebidas como mecanismos de poder globalizados que atribuem determinações sobre a vida da população (FOUCAULT, 2005). O Estado atua como o agente que produz conhecimentos sobre a vida, de forma normal ou abrangente, de maneira que determina aquilo que é normal e estimula sua existência, sua permanência e pune, apaga as vidas que, de alguma maneira, ameaçam o equilíbrio social, tornando-as inimigas. (FOUCAULT, 2005).

O que se opera no Brasil não é apenas uma discriminação efetiva; em termos de representações sociais mentais que se reforçam e se reproduzem de diferentes maneiras, o que se observa é um racismo cultural que leva, tanto algozes como vítimas, a considerarem natural o fato de a mulher em geral e a negra em particular desempenharem papéis sociais desvalorizados em termos de população economicamente ativa. (GONZALEZ, 2020, p. 42)

Elucidando o exposto por Foucault (2005) sobre as estratégias de

governança, o exposto por Gonzalez (2020) no contexto brasileiro, demonstra a estratificação da população negra, sobretudo da mulher negra, que ocorre desde o momento de ingresso no mercado de trabalho (e até mesmo antes dele). Assim, a discriminação no contexto brasileiro, a partir da concepção do mito da democracia racial se efetiva de maneira demasiadamente elaborada (GONZALEZ, 2020). Foucault (2005) indica as práticas racistas como um mecanismo que funciona através de movimentos de desagregação, fragmentação de grupos integrantes da sociedade, através da perspectiva do biopoder, que coloca alguns indivíduos como dignos da vida e fortes, e outros como inimigos e mercedores da morte (FOUCAULT, 2005). Nesse sentido, a morte do outro, do inimigo, daquele que é visto como indesejado confere alívio e sensação de segurança, efetivando, ainda, a manutenção da supremacia.

O racismo, portanto, se estabelece na sociedade como “o corte entre o que deve viver e o que deve morrer” (FOUCAULT, 2005, p. 305), pois a ideia de que “indivíduos considerados inferiores tendem ao desaparecimento”, a ideia de uma segurança aumentada a partir do desaparecimento dessas espécies, bem como uma perspectiva de vida mais pura e mais sadia, movem essa relação de biopoder. O racismo se apresenta em forma “da hierarquização social, da propriedade, e uma longa série de intervenções permanentes ao nível do corpo, das condutas, da saúde, da vida cotidiana, da atribuição cor e justificação” (FOUCAULT, 1988, p. 140). O biopoder e o racismo atravessam diariamente as práticas da população negra; mulheres negras assumem, nessa perspectiva, não só a posição de vítimas potenciais do biopoder; mais do que isso, o sofrimento por vivenciarem seus filhos, pais e companheiros sendo alvos do extermínio de um sistema nitidamente segregador e racista, muitas vezes abordados posteriormente pela imprensa como “acidente de trabalho” (GONZALEZ, 2020).

A raça, o racismo, é a condição de aceitabilidade de tirar a vida numa sociedade de normalização. Quando vocês têm uma sociedade de normalização, quando vocês têm um poder que é, ao menos em toda a sua superfície e em primeira instância, em primeira linha, um biopoder, pois bem, o racismo é indispensável como condição para poder tirar a vida de alguém, para poder tirar a vida dos outros. A função assassina do Estado só pode ser assegurada, desde que o Estado funcione no modo do biopoder, pelo racismo. (FOUCAULT, 2005, p. 306)

Evidenciando esse processo de biopoder, racismo e segregação de parcelas da população sobre o qual Foucault discorre, quando aborda as funções e as áreas de aplicação do racismo, observamos que:

A opressão racial e a exploração de classe ficam devidamente esquecidas nos porões de uma sociedade cujos sistemas de classificação social e econômico fazem da mulher negra o foco, por excelência, de sua perversão. [...] Esquecer isso significa não querer ver todo um processo de expropriação socioeconômica e de apropriação cultural que as classes dominantes brancas têm exercido contra mulheres e homens negros deste país. (GONZALEZ, 2020, p. 268)

A ideologia dominante brasileira, que tem origem em meados de 1930, visando embranquecer a sociedade brasileira, perpetua-se até os dias atuais (GONZALEZ, 2020). O processo de marginalização da população negra que se impõe sobre a sociedade através de práticas discriminatórias arraigadas na sociedade é uma construção longa (GONZALEZ, 2020), que perpassa pelos mecanismos de disciplina, regulamentação e biopoder (FOUCAULT, 2005). Nesse sentido, a discussão sobre racismo, relações de poder, sexismo, mecanismos de segregação são pontos relevantes e que se mantêm abertos a novos olhares, perspectivas e, ainda, a discussões que por muito tempo foram silenciadas.

Piscitelli (2002) aborda que a busca por uma compreensão dos sistemas de dominação e as produções de diferenças são partes integrantes para as discussões de gênero não focalizadas nas mulheres, atentando-se assim às discussões relativas à masculinidade e teoria *queer*⁷, por exemplo. Vale destacar ainda, nas discussões referentes a raça, a abordagem da branquitude como foco de problematização, visto que ao se discutir raça, em geral, presume-se que o foco será a raça negra; pois é a população negra que assume o espaço de população racializada, de “lixo” da sociedade (GONZALEZ, 2020) e assim, tomados como única população sobre a qual existem problematizações a serem exploradas.

Considerações finais

⁷ A teoria *queer* parte de uma lógica que questiona os pressupostos normatizadores que marcavam estudos socioantropológicos. Em inglês o termo *queer* abarca caráter pejorativo e era direcionado aqueles que rompiam as barreiras de normalidade referentes à sexualidade.

Ao estabelecer a população negra como o “lixo” da sociedade, Gonzalez (2020) aborda o quanto essa parcela da população assume um caráter descartável, substituível e até mesmo indesejado como parte integrante da sociedade. Nesse sentido, o processo de embranquecimento da raça se manifesta como processo de fortalecimento de ideologias que estabeleçam e/ou reproduzam o processo de marginalização da população negra. As estratégias, através de regulamentações que se aplicam sobre os corpos, por meio dos instrumentos de biopoder (FOUCAULT, 2005), agem em movimento convergente ao processo de segregação, marginalização e até mesmo morte, da população negra.

A mulher negra, diante dessa análise construída, detém sua identidade em meio aos atributos definidos como de menor valor pela sociedade. Valores esses construídos através de padrões heteronormativos compulsórios. Como pontuado ao longo desta escrita, Gonzalez (2020) argumenta que as mulheres negras são divididas, sobretudo, em dois grandes grupos, aquelas de pele retinta como as mulheres aptas a servir como domésticas, e aquelas de pele mais clara, as quais são objetificadas sexualmente e vistas como mulatas, quase como uma profissão, como um produto nacional a disposição dos homens brancos, sejam esses brasileiros ou não.

Assim, a construção do conceito de gênero, bem como a retomada da categoria “mulher” como representação de um posicionamento político (PISCITELLI, 2002) acabam por abordar questões importantes para as mulheres negras. Em primeiro lugar, porque se descobrir enquanto negra e dar espaço a negritude compreendem posições políticas, lembrando a famosa frase do “pessoal é político”; outro ponto a ser destacado são as estratégias biopolíticas (FOUCAULT, 2005), que atuam no sentido de fazer um corte entre aqueles indivíduos que devem viver e aqueles cujas vidas são dispensáveis. Aqueles que devem viver são os brancos, a população negra aparece como a parcela dispensável e indesejada da sociedade.

O corte estabelecido pelo biopoder é nítido e deixa definido os sujeitos de cada grupo. A mulher negra, portanto, fica exposta a um sistema que apresenta uma heteronormatividade, a partir de uma lógica masculina e branca. Além disso, está sujeita aos mecanismos de controle e poder do Estado, expondo-as à marginalização, objetificação e exclusão de diversos ambientes. É por meio dessa

perspectiva, que se observa a relevância da política na personalidade de cada indivíduo, pois a construção de uma identidade negra, sobretudo feminina e negra, perpassa por um processo de construções individuais e coletivas.

Artigo recebido em 04 de fevereiro de 2023.

Aprovado para publicação em 17 de abril de 2023.

595

Referências

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Pólen, 2019.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **cadernos pagu**, Campinas, 26, p. 329 – 376, jan./jun. 2006.

BOATCĂ, Manuela. Desigualdades globais: filiações teóricas e críticas radicais. **Caderno CRH**. v. 35, 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BURIGO, Joanna. História dos feminismos - parte 1. Vídeo integrante do curso "Feminismos - algumas verdades inconvenientes". SEAD/UFRGS, 5 jun. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=P5ryWiQwDGo&t=474s>. Acesso em: jan. 2023.

COLLINS. Patricia H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW. Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, [S.l.], 2002.

FELGUEIRAS, A. C. L. Breve Panorama Histórico do Movimento Feminista Brasileiro: das Sufragistas ao Ciberfeminismo, **Revista Digital Simonsen**, [S.l.], n.6, p. 108-121, 2017.

FOUCAULT, Michel. Aula de 17 de março de 1976. *In*: **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2005, p. 285 – 315.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988

GARCIA, Esperança. [Correspondência]. Destinatário: Governador. Oeiras, 6 set., 1770. 1 carta. Disponível em: <https://esperancagarcia.org/a-carta/>. Acesso em: jan. 2023.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HANISCH, Carol. **The Personal is Political**. Notes from the Second Year: Women's Liberation, 1970.

MOREIRA, Núbia Regina. Feminismo negro brasileiro: igualdade, diferença e representação. *In*: 31º ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS (ANPOCS), n. 31, 2007, Caxambu. **Anais** [...] Caxambu, 2007

PEREZ. Olívia C.; ROCOLDI A. Quarta onda do movimento feminista: interseccional, digital e coletiva. **X Congresso Latino-americano de Ciência Política**. Monterrey, 2019.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher?. **Textos Didáticos**. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, [S.l.], n. 48, p. 7 – 42, 2002.

RIBEIRO, Diana; NOGUEIRA, Conceição; MAGALHÃES, Sara Isabel. As ondas feministas: continuidades e descontinuidades no movimento feminista brasileiro. **Revista Sul-Sul de Ciências Humanas e Sociais**. Barreiras: Universidade Federal do Oeste da Bahia, p. 57 – 76, 2021.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71 – 99, 1995.

TRUTH, Sojourner. **E eu não sou uma mulher?**. Convenção dos direitos das mulheres. Akron, 1851.

Sobre a autoria

¹Mestrado em Sociologia (2022 – atual) pela Universidade Federal de Pelotas. E-mail: cyntiabaroli@gmail.com.